Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
Vol.2, n. 2, set-dez. 2016 Missões

# O CONCEITO REGIÃO E SUA COMPLEXIDADE NOS ESTUDOS SOBRE A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

# THE CONCEPT REGION AND ITS COMPLEXITY IN THE STUDIES ON THE WAR OF THE ALLIANCE TRIPLE

Jeremyas Machado Silva[1]

**Resumo:** O texto apresenta uma reflexão sobre o conceito de região na História e seu enfoque no estudo da Guerra da Tríplice Aliança. Realizou-se uma revisão teórica sobre o assunto com o objetivo de refletir-se sobre o emprego do conceito em História. Levou-se em consideração a delicada sistematização das identidades culturais, da política e das representações em estudos históricos. Assim, criticou-se a compreensão da ideia de região como um espaço isolado que não sustenta relações com o nacional ou com o global.

**Palavras-chave:** Região , Prata , Guerra da Tríplice Aliança.

**Abstract:** The text presents a reflection on the concept of region in history and its focus on the study of the War of the Triple Alliance. A theoretical revision was made on the subject with the purpose of reflecting on the use of the concept in History. Consideration was given to the delicate systematization of cultural identities, politics and representations in historical studies. Thus, it was criticized the understanding of the idea of region as an isolated space that does not sustain relations with the national or the global.

**Key words:** Region, Silver, War of the Triple Alliance.

## Introdução

O presente ensaio teórico aborda como tema o conceito de região na História. Assim, apresenta-se uma revisão teórica sobre o assunto com o objetivo de pensar-se sobre o amplo uso do conceito de região considerando-se que este, assim como, o que representa, é sempre detentor de historicidade.

Leva-se em consideração a delicada sistematização cultural e política do regional em diferentes tempos históricos e, principalmente, na experiência da pós-modernidade, destarte, considerando-se a construção da identidade dos sujeitos. Portanto, realiza-se uma crítica ao modo de compreender-se a região e a identidade cultural nela produzida como meios imutáveis.

Considerando-se que a contemplação político-econômica de uma região nela mesma e em relação ao seu exterior é sempre pauta de debates, discursos ou diálogos que abrangem a

[1]Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: jeremyass@gmail.com

História, neste trabalho, percebe-se a região como um espaço estabelecido historicamente, porém, inacabado e em movimento. Uma parte em oscilação, momentaneamente em tensão, momentaneamente em quietação com o todo.

A complexidade da esfera regional e, de tal modo, a propriedade científica que a insere na historiografia enquanto objeto de pesquisa demonstra-se essencialmente particular aos estudiosos que se preocupam em compreender processos históricos atrelados a aspectos de formação de fronteiras. Portanto, neste trabalho, tomam-se como exemplos as demarcações das fronteiras da região platina destacando o processo histórico composto pela assinatura do tratado de limites entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai (1851) e a Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870).

Considerando estes fatos utiliza-se o termo "região do Prata" para designar um espaço de navegação compartilhado entre quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai na temporalidade citada. No aspecto regional, o espaço considerado fronteiriço pode ultrapassar as determinações de limites geopolíticos, pois a fronteira é um lugar de relação. Neste sentido, a cultura produzida na região movimenta-se em direções e nacionalidades opostas.

Para fundamentar esta reflexão apresenta-se breve referencial teórico, estudos e publicações de autores como, por exemplo, Bauman (2009), Carbonari (2009), Chartier (1991), Chiaramonte (2008), Fernández (2009), Golin (2004), Hall (2011), Heredia (2007), Oliven (2006) e Bourdieu (1989).

Na primeira parte, discute-se o conceito de região na historiografia e os aportes teóricos do mesmo. Deste modo, apresentam-se algumas ideias ampliadas por meio de leituras, pesquisas e diálogos praticados em sala de aula importantes no transcurso do doutoramento em História (concentração em História Regional - UPF). Além disso, apresentam-se algumas considerações sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) considerando-se o viés regional deste tema e a investigação que está em curso no doutorado.

Na segunda parte, critica-se o uso do conceito para legitimar a dominação política ou rotular a identidade regional. Neste texto, apresenta-se apenas uma reflexão sobre o uso do conceito de região na História sem a pretensão de engessá-lo em uma definição única e fechada.

## 1. História e região

Para muitos historiadores é complexo utilizar ou discutir o conceito de região. Na maioria das vezes, a região representa um espaço geográfico com características próprias, como, por exemplo, as planícies da campanha. "Este espaço, enquanto quadro natural é

representado pelo Pampa, os campos situados mais ao sul da bacia do Rio da Prata, onde predominam relevos de planície". (PANITZ, 2010, p. 20). Etimologicamente "pampa, na língua *quíchua*, significa região plana, é o espaço em comum que envolve o Brasil, a Argentina e o Uruguai" (SILVA, 2015, p.8). Considerando-se a influencia do determinismo "por entonces, la región fue entendida desde los componentes físicos de la naturaleza; es decir, desde los factores climáticos y geomorfológicos que determinaban el recorte espacial" (CARBONARI, 2009, p. 21). Sendo assim, toma-se um conceito desenvolvido na Geografia.

Além disso, o emprego do termo região representa uma construção histórica ou cultural. Neste sentido, a região se refere a um espaço construído e imaginado historicamente legitimado por múltiplas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Esta ideia foi ampliada pela Geografia humana francesa, o "possibilismo" de La Blache. "Así, la región era una construcción histórica y se fundía en el paisaje" (CARBONARI, 2009, p. 21). A região é um espaço estabelecido simbolicamente pelos indivíduos. Um "organismo" político, social e cultural de relação e interação. Etimologicamente a palavra região origina-se do latim *regio:* limite, lugar. *Regere:* dirigir, reger.

Atualmente, dedicando-me a compreender a representação da Guerra da Tríplice Aliança nas crônicas do jornalista paraguaio Efraím Cardozo, não tenho a pretensão de universalizar o conceito de região, no entanto, procuro estabelecer um ponto de vista elucidativo em minha pesquisa. Como já foi dito na parte introdutória deste texto, nesta ocasião, entende-se por região um espaço construído historicamente, inacabado e em movimento, seria por conta das culturas híbridas que na pós-modernidade emergem uma relação heterogênea. Uma parte em oscilação, momentaneamente em tensão, momentaneamente em quietação com o todo. Viscardi, citando Bourdieu em seu trabalho ressalta:

> Para Bourdieu, a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem (VISCARDI, 2010, p. 88).

Por conseguinte, a região não é uma categoria real empírica, é uma representação necessária que vincula um sentido histórico temporário e inacabado a uma territorialidade a fim deste tornar-se facilitador de relações políticas, sociais, econômicas ou culturais. Para Chartier, a representação encontra-se no discurso. Do mesmo modo, a representação é entendida como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente (CHARTIER, 1991). Acrescenta-se que, por sentido histórico, entende-se a contextualização (espaço – tempo) e a apropriação da mesma pelos indivíduos regionais. A condição empírica da região

será por meio da relação, ou seja, da experiência em articular-se com o todo. Conforme Viscardi:

> Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, acreditamos que, sendo a região um *constructo* de seus agentes, suas fronteiras delimitativas são fluídas e variam em função das circunstâncias em que são delineadas. Portanto, no estudo da História Política, cabe ao historiador, na definição dos limites do seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos e secundariamente econômicos, geográficos e culturais. Esta hierarquia se justifica em função de que, a ampliação ou retratação dos limites regionais dependem de acordos e/ou disputas que ocorrem na esfera do poder político (VISCARDI, 2010, p. 96).

Diante da crise dos paradigmas da História envolta por crises econômicas, crises políticas, crises democráticas, novos processos de imigração e delimitação de limites, xenofobia, fundamentalismo, extremismo, entre outros fatos, o tema região tem sido problematizado por diversos núcleos da academia. Na História, esta verdadeira inquietação caracteriza-se por História Regional. Destarte, "a História Regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio" (VISCARDI, 2010, p. 84). A História Regional é a abordagem do particular. Sendo assim, sem o anseio de obterem-se respostas fechadas, questiona-se nesta ocasião: Como o historiador define a sua pesquisa em História Regional? De acordo com a historiadora María Rosa Carbonari, na Argentina:

> El debate sobre región e historia regional irrumpió en la academia cuando interesaba hacer una historia total, con fuerte impronta en lo económico, que buscaba extrapolar los recortes políticos administrativos estatales, sean estos nacionales o provinciales. Por ello surgía como crítica a esa historia que no incluía o que minimizaba particularidades espaciales que quedaban desdibujadas detrás de la construcción política, es decir se pretendía hacer coincidir la historia con la territorialidad de la jurisdicción estatal (CARBONARI, 2009, p. 21).

Deverá o historiador utilizar-se de conceitos para não somente demarcar ou delimitar o seu tema, mas, relacioná-lo ou expandi-lo do âmbito regional para o nacional ou internacional. "Cuando hablamos de *regiones* y tratamos de precisar el término, surge necesariamente su comparación con el concepto de *nación* y de *territorio nacional*, en tanto se trata de espacios que se inter-relacionan y hasta se asemejan, pero también se diferencian" (HEREDIA, 2007, p. 201). Para exemplificar este pensamento expõem-se uma síntese

histórica da região platina na segunda metade do século XIX com ênfase na Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai.

A aliança formada entre Brasil, Argentina e Uruguai em 1865 não correspondia a uma tradição histórica. Está resultou de um obscuro jogo de interesses políticos e econômicos que teve como cenário principal a região da Bacia do Prata formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. No século XIX a navegação destes rios concebia o "pulso" econômico do Cone Sul composto por uma rede de comércio conectada aos portos de Buenos Aires e Montevidéu. Esta conjuntura ajustada pela geopolítica e pela economia aprimorou relações e instigou conflitos entre os países que inevitavelmente dependiam economicamente da navegação.

Desde o período colonial a região platina ligou o interior da América do Sul ao Oceano Atlântico, de tal modo, a hegemonia do lugar foi ambicionada durante o século XIX. Estes fatores se consolidaram a partir da queda de Rosas na Argentina, uma vez que, não havia um poder político que interferisse nos interesses do Império do Brasil ou das elites do Rio Grande do Sul. Segundo Golin (2004), o Brasil exerceu (1852-1862) uma política de territorialidade na região de fronteira. Portanto, é necessário compreender-se a importância dos limites fronteiriços estabelecidos em zonas de navegação. Espaços de comércio e, sobretudo, criação de gado como no Brasil meridional, na fronteira com o Uruguai. Nessa perspectiva Golin declara:

> Durante a Guerra Grande na República Oriental do Uruguai (1838-1851), o império brasileiro socorreu com empréstimos o Partido Colorado contra os *blancos*, impondo, entre outros, a assinatura do tratado de limites. Consequentemente, em 1851, tomou-se a fronteira da Cisplatina como parâmetro, alterando-se os espaços na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, que passaram a pertencer integralmente ao Brasil, e o arroio São Miguel ao Uruguai (GOLIN, 2012, p. 7).

No ano de 1863, o general uruguaio Venancio Flores do partido colorado, apoiado por Pedro II, estabeleceu uma revolta armada contra o então presidente do país Bernardo Prudencio Berro do partido Blanco. Berro, logo solicitou o apoio político de Solano Lopez, que, em seguida, invadiu e declarou guerra ao Brasil. Para prosseguir o exército paraguaio deveria passar pela Argentina, porém, não recebeu a autorização solicitada ao governo Mitre, que, do contrário, permitiu a passagem de tropas brasileiras por território argentino. Portanto, o Paraguai acabou em guerra com Argentina. Em 1º de maio de 1865, em Buenos Aires, foi assinado o tratado da Tríplice Aliança legitimando a união militar de Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Esta aliança fortaleceu o governo Flores no Uruguai que recebeu o apoio do Império para derrotar Aguirre e governar o Uruguai até 1868.

O partido Colorado do Uruguai havia apoiado Mitre em 1861, do contrário, o partido Blanco foi desfavorável frente ao delicado processo político de unificação da Argentina. Já o império do Brasil tinha por intenção a proteção dos interesses econômicos dos estancieiros do Rio Grande do Sul e do monopólio do comércio na fronteira. Esta conjuntura político-econômica levou o partido Blanco a fortalecer a sua aliança com o governo do Paraguai.

A intervenção do Império do Brasil no Uruguai foi rejeitada por Solano Lopez. Tal crise de diplomacia resultou na expansão do exército Paraguaio em terras argentinas e a invasão do território do Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A combinação destes e outros fatores aumentaram o clima de tensão e causaram uma guerra que deixaria profundas cicatrizes na América Latina.

Na banda oriental cresciam os problemas econômicos herdados da guerra civil gerada pelas desavenças entre conservadores (blancos) e liberais (colorados). No Uruguai, buscava-se reestruturar a economia por meio de impostos cobrados aos estancieiros brasileiros que ocupavam o norte do país. Além disso, a utilização da mão de obra escrava tornava o custo da produção favorável para as elites brasileiras. Os brasileiros que viviam e criavam gado no Uruguai (fronteira) seguiam as leis brasileiras e não aceitavam o que era imposto pelo governo uruguaio. Deste modo, também pressionado pelos criadores uruguaios, o governo da banda oriental adotou medidas que desagradaram elites brasileiras, por exemplo, a proibição do trabalho escravo nas estâncias e a cobrança de impostos sobre o gado criado no Uruguai.

Após a câmara dos deputados do Império aprovar a intervenção no Uruguai Pedro II enviou a montevidéu para negociar um acordo com o governo do Uruguai o conselheiro Antônio José Saraiva que propunha uma conciliação entre blancos e colorados. O processo de intervenção empossaria mais tarde o general e líder colorado Venâncio Flores apoiado por Pedro II do Brasil e Mitre da Argentina.

Com o exército brasileiro posicionado na região da fronteira com o Uruguai e pronto para defender os interesses dos súditos do Império do Brasil e dos membros do partido Colorado o presidente Aguirre consolidou a aliança do partido Blanco com Solano Lopez. De tal modo, Solano Lopez considerou a invasão ao Uruguai um atentado ao equilíbrio dos países que mantinham as suas fronteiras na região platina. Portanto, a crise política uruguaia relacionada à intenção do Império do Brasil no Prata, as disputas entre blancos e colorados e os limites geopolíticos estabelecidos entre Argentina e Paraguai foram fatores que influenciaram a guerra (1864-1870).

No mesmo período, escasseava-se a consistência política entre as províncias argentinas, mesmo após o Pacto Federal de 1831. Não havia uma identidade nacional na Argentina, por conseguinte, a guerra foi um meio de consolidar-se certa coesão político-econômica com parâmetros nacionais. Além disso, amparou a delicada diplomacia entre Buenos Aires e Rio de Janeiro a respeito do Paraguai.

A política da região esteve complexa desde as vésperas do conflito. Brasil e Argentina buscavam um comum acordo político e econômico. De acordo com Golin: "Na década de 1840, a estratégia de intervenção de Rosas no Paraguai foi impedida pelo Brasil, Inglaterra e França. Em 1844, um ano após o cerco a Montevidéu, o governo brasileiro reconheceu a independência paraguaia" (GOLIN, 2005, p. 9). Na década de 1850, permaneceram abertas as tensões políticas entre Brasil e Argentina. Intensidade que foi excitada por meio dos artigos de José Maria da Silva Paranhos que influenciava a opinião pública. Destarte, Golin aponta que:

> Com a crise do Prata, o jovem jornalista encontrou para a sua coluna, aparentemente inconsistente, um objeto. Sem perder o estilo, misturou o *Facundo* de Sarmiento com tratados de mitologia greco-romana e passou a defender a política externa do visconde do Uruguai, fortalecida pela nomeação do autoritário Honorio Hermeto Carneiro Leão, futuro visconde e marquês do Paraná, para ministro plenipotenciário especial no Rio da Prata. Com as ações concretas do gabinete e com a argumentação pública centrada no jornalismo de Paranhos, desencadeou-se a campanha em defesa de uma ofensividade imperial contra Rosas. No prefácio da edição que organizou das *Cartas* com os artigos de Paranhos, em 1953, José Honório Rodrigues concluiu que, "no tratamento dos negócios do Rio da Prata, elas alcançaram grande aceitação e crítica" (GOLIN, 2005, p. 6).

Do contrário, a Argentina não estava favorável a Guerra, sobretudo, até o Paraguai manifestar repúdio à ocupação e intervenção no governo do Uruguai, uma vez, que, Solano Lopez temia o impedimento econômico do Paraguai na região do Prata. De acordo com Pomer:

> No final de 1857, os planos bélicos do Brasil com relação ao Paraguai parecem não encontrar eco favorável em Buenos Aires. A opinião de Mitre - manifestada em seu jornal *Los Debates* se expressará da seguinte maneira: "O que interessa a Buenos Aires é a paz entre o Paraguai e o Brasil. A guerra é contra os seus interesses. Os amigos do Brasil em Buenos Aires, ao incitá-lo à guerra com o Paraguai, atraiçoam os interesses de Buenos Aires, cujo comércio se ressentiria com tal rompimento sem que as vantagens futuras compensem as falências presentes" (POMER, 1981, p. 133).

Em abril de 1865, após Mitre negar a passagem do exército paraguaio que buscava a restauração do governo do partido Blanco no Uruguai, o Paraguai declarou guerra à Argentina. Assim, o Paraguai invadiu a cidade argentina de Corrientes a qual mantinha

relações políticas e econômicas com Assunção. Considerando um clima político favorável em Corrientes Solano Lopez contava com o apoio militar de Urquiza e outros caudilhos do interior da Argentina. Porém, embora não existisse uma consciência nacional na Argentina, a precipitada ação do exército paraguaio fortaleceu a aliança de Buenos Aires com o Império do Brasil e levou o país à Guerra contra o Paraguai. De acordo com Doratioto: "A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata, e ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações" (DORATIOTO, 2002, P. 23).

A Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai foi um episódio vergonhoso da história latino-americana. Recentemente desenvolveu-se uma historiografia crítica sobre a Guerra e, do mesmo modo, tem se realizado discussões acerca da geopolítica da região platina, das relações internacionais, das representações, dos interesses políticos e econômicos dos países na região do Prata.

Entre os anos de 1964 e 1970 as crônicas do jornalista paraguaio Efraím Cardozo destacaram-se nas páginas do jornal La Tribuna em Assunção. Durante cinco anos tematizaram o cotidiano da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai. Uma crônica é uma narrativa histórica que pressupõe a história. Portanto, compreender-se o papel político-econômico exercido pelo Paraguai na região do Prata e os desafios internos enfrentados pelo mesmo no período das publicações de Cardozo auxilia a compreensão da representação da obra e sua intencionalidade simbólica. Mais uma vez o historiador depara-se com o particular, o discurso, o insólito. Fica indispensável compreender-se a relação do Paraguai com os aspectos regionais.

Para isso, utiliza-se o conceito de região para denotar-se e discutir-se a instabilidade do espaço platino outrora palco da guerra. Tal instabilidade regional evidencia o quanto a sua definição pode significar um espaço aberto, inacabado e em movimento. "El espacio regional, no es, por tanto, un espacio fijo, sino un espacio social con conjuntos heterogéneos en continua interacción" (CARBONARI, 2009, p. 2009). Assim, um espaço com historicidade e objeto do historiador.

## 2. Poder, identidade e representação

Considerando-se a região como um espaço com historicidade é necessário refletir-se sobre uma categoria de cultura regional fabricada e cuidadosamente imposta como verdadeira. Esta estabelece rótulos regionais ou, do mesmo modo, estereotipa a identidade elevando-a a miserável condição de subalterna do conservadorismo. Se a região é um espaço inacabado e em movimento a cultura nela produzida será naturalmente inacabada e em movimento. O

clichê da identidade (cultural/regional) acabada e inflexível é intelectualmente pobre e intencionalmente empregado como instrumento de dominação. É neste universo de instabilidades que Hall (2011) explicita não haver mais representações culturais e identitárias fixas, estáticas, há de se levar em consideração que:

> [...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2011, p. 38).

Embora a definição de Hall sobre a identidade cultural ininterruptamente "em processo" indique um fenômeno pós-moderno é impossível deixar de considerar que, como fenômeno histórico, isto sempre aconteceu na humanidade. Para Heráclito de Éfeso (século VI) tudo permanece em constante mudança. Segundo ele, o mundo, é um fluxo permanente em que nada continua a ser idêntico a si próprio. "*É impossível entrar no mesmo rio duas vezes*", pois as águas do rio percorreram caminhos, são outras, os indivíduos já não são mais os mesmos, tiveram distintas experiências e transformaram-se.

Este ininterrupto processo, como caracterizado anteriormente, não acontece por acaso, uma vez que os indivíduos buscam referências na construção de suas identidades – perto ou longe – sendo que a identidade é uma concepção própria e individual. Uma leitura obrigatória para os interessados na discussão sobre a identidade no mundo contemporâneo é a produção do sociólogo Zygmunt Bauman. O autor enfatiza que vivemos "tempos líquidos" onde "nada é feito para durar". Diante disso, todos são responsáveis por definir constantemente a sua própria identidade. Conforme Bauman:

> [...] a "identidade" só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, "um objetivo"; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protege-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 21-22).

Uma crise de paradigmas é evidente na atualidade. Assim, a tendência é a busca por orientações no passado ou, ainda, a evocação da tradição (OLIVEN, 2006) que pode estar perigosamente arraigada no senso comum. Considerando-se a cultura do tradicionalismo "fabricada" no Rio Grande do Sul cabe analisar-se a discussão levantada pelo historiador Tau Golin. Conforme o autor; "a sociedade rio-grandense (e sua representação cultural) é conservadora e não tradicional" (GOLIN, 2004, p. 8). Como mencionado anteriormente, de tal

modo, estereotipa-se a identidade elevando-a a miserável condição de subalterna do conservadorismo. Conforme Golin:

> O tradicionalismo é uma extensão da cultura de massa, e não o prolongamento de uma sociedade tradicional. A sua força cultural, agregando elementos da pós-modernidade, como a centralidade da imagem na representação da identidade – a exterioridade volátil – potencializa ainda mais o seu comportamento estilístico, no qual o "parecer" se converteu em um dos aspectos predominantes da dimensão do ser. A escolha de "parecer-ser" conforme o arquétipo conveniado recentemente é a condição que conecta o conservadorismo à pós-modernidade (GOLIN, 2004, p. 10).

A necessária busca pós-moderna pelo "parecer ser" e a "centralidade da imagem na representação da identidade" (GOLIN, 2004) são princípios que podem ser relacionados à discussão sobre o emprego da representação levantada por Chartier, onde esta significa a "ausência" do que ela própria representa (CHARTIER, 1991). Portanto, está é uma leitura necessária, pois, neste sentido, a representação do regional pode ser fabricada. Por isso, é importante observar que quando se fabrica uma representação pode-se estar intencionalmente excluindo-se determinadas culturas ou fatores históricos relevantes.

A região não é apenas um espaço de relações, uma parte análoga com o todo e em oscilação. Ao mesmo tempo, é objeto de representação onde é exercido o poder simbólico. O poder simbólico opera de maneira ortodoxa e regulariza a supremacia de uma classe dominante. Logo, a representatividade dominante exerce autonomamente (em próprio benefício) o poder político. Assim, o poder político é instrumento de dominação simbólica em determinada região. As propriedades simbólicas podem ser usadas em função dos interesses materiais e simbólicos do portador (BOURDIEU, 1989). Além disso, a própria região é uma construção simbólica.

A identidade regional é uma construção coletiva ou a combinação da aceitação e negação de valores socioculturais. Os valores são orientados pelo discurso (estruturas estruturadas) daqueles que possuem o poder simbólico como instrumento de dominação em uma região ou país (BOURDIEU, 1989). A identidade é, bem mais, o resultado de um processo de aceitação e negação do que de invenção. No entanto, a identidade é propriedade única e particular daquele que a origina. A respeito da dominação simbólica Bourdieu observou:

> A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de

> que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. (BOURDIEU, 1989, p. 125).

Preservar a identidade não significa "emancipar-se" da sociedade. Significa tornar-se fiel a si próprio. Estar amarrado a uma identidade estereotipada e fundamentada em uma história sem historicidade é o mesmo que ser violentado e privado de liberdade. Estabelecer uma história sem historicidade (tradicionalismo) em uma região é comum àqueles que desempenham o poder simbólico de dominação. Os fatores internos de uma região não são definitivos no processo de construção política, econômica, social e cultural da mesma. Apesar disso, é necessário refletir-se sobre o que é idealizado, escrito ou representado em determinado contexto regional. Regulada por instrumentos de dominação toda a história pode ser fabricada, do mesmo modo, a região.

**Palavras finais**

É necessário realizar-se uma profunda revisão nas produções acadêmicas, pois, nem sempre, pesquisadores que utilizam o termo região esclarecem o seu conceito. O mesmo acontece com o emprego dos conceitos identidade e representação. O conceito de região tem sido tomado emprestado da Geografia, no entanto, este precisa ser discutido no campo teórico e metodológico por historiadores ou por outros pesquisadores que utilizam o enfoque regional em seus trabalhos.

Este ensaio é resultado de uma breve reflexão acerca dos aportes teóricos sobre o conceito de região. Acredita-se que a leitura, o pensamento crítico e a pesquisa teórica contribuam para novas discussões acadêmicas sobre o tema. Portanto, destaca-se que o objetivo deste trabalho constituiu em refletir-se sobre o tema proposto para aprimorar uma compreensão particular do mesmo na pesquisa em História. Uma região é um espaço simbólico estabelecido historicamente e intencionalmente, inacabado, em constante transformação econômica e regulado por instrumentos de ordem política. Estes instrumentos estabelecem ou orientam a cultura e as relações políticas produzidas na região. Por fim, confia-se que discutir-se o conceito de região na História colabore com os aprimoramentos de futuros trabalhos científicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos.** Editora Nova Fronteira, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmund. **Vida Líquida.** 2. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CARBONARI, María Rosa. **De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional.** História Unisinos, janeiro/abril 2009.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Texto publicado com a permissão da revista *Annales* (NOV-DEZ. 1989 - Nº 6, pp. 1505-1520). O original em francês encontra-se à disposição do leitor no IEA para eventual consulta. Estudos avançados, 1991.

CHARTIER, Anne-Marie; CHARTIER, Roger. [et al.]; Tânia Mariza Kuchenbecker Rösing (Org.). **Literatura e identidade na era da mobilidade**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERNÁNDEZ, Sandra. **Los mundos ocultos. Los estudios regionales en la enseñanza de la Historia en la Argentina.** História, Unisinos. Janeiro/abril 2009.

FRAGOSO. Tasso. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol 1.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **A Fronteira Volume 2.** L&PM Editores. Brasil 2004.

GOLIN, Luiz Carlos Tau: **Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo.** Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

GOLIN, Tau. **Instrumentalização política de Facundo pelo Brasil na guerra contra Rosas.** III Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales Universidad de Valparaiso – Universidad de Viña del Mar – Chile – 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. Ed., 1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação.** 2. ed. rev. E ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PANITZ, Lucas Manassi. **Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina.** Porto Alegre, UFRGS/PPGEA, 2010.

POMER, león**. A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense.** León Pomer; (tradução Yara Peres). 2ª edição. São Paulo; Global Editora, 1981.

SILVA, Jeremyas Machado Silva. **A milonga e as narrativas na região do pampa.** Estudios Históricos, Año VII, nº 15, ISSN: 1688-5317. Uruguay, 2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **História Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas.** Locus, revista de História, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1 – p. 84 a 97.